



Verba recorde no Meio Ambiente

PPA 2004-2007 prevê investimentos de R\$ 102 milhões para contratar funcionários e preservar a natureza

BRUNO ATHAYDE

Alegre - R\$ 102 milhões. Esse é o total de investimentos do Plano Pluri-Anual Aplicado (PPA) na área do meio ambiente, no período entre 2004 e 2007. A verba, mesmo se tratando de uma previsão, é a maior já anunciada para o setor. A expectativa entre os ambientalistas é de que os recursos ajudem a diminuir os problemas ambientais do Estado.

Está previsto no PPA a realização de concurso público, por meio de prova ou avaliação de títulos, para a admissão de 253 servidores. O plano também prevê a implantação e ampliação do sistema de licenciamento ambiental nos municípios, a fiscalização integrada com as cidades, além de um plano de ações integradas para o controle ambiental por setores produtivos.

A melhoria da tecnologia da informação também foi incluída na previsão do PPA. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Seama) e Recursos Hídricos e o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) pretendem adotar um sistema de uso integrado, capaz de garantir serviços de melhor qualidade, em menor tempo e com custos compatíveis.

identificação e o monitoramento das fontes poluidoras, com a avaliação e divulgação da qualidade do ar, do controle da poluição veicular e do inventário estadual das fontes poluidoras, assim como as análises laboratoriais da água, do ar e do solo.

Um sistema de gestão de recursos hídricos, a partir de uma gestão integrada de ativos ambientais, também está previsto no PPA 2004-2007, assim como a fiscalização preventiva e corretiva, a conservação e gestão dos ecossistemas, a implantação de um programa de monitoramento e desenvolvimento do Corredor Ecológico da Mata Atlântica.

O secretário estadual de Meio Ambiente, Luiz Fernando Schettino, acredita que a elaboração deste PPA seja uma conquista inédita. "Foi a primeira vez que fizemos um planejamento setorializado, discutindo com toda a secretaria, de modo que os técnicos puderam estabelecer com precisão quais eram os principais problemas e as ações específicas para a resolução de cada um deles".

No planejamento do PPA, a Seama dividiu o Estado em 12 microrregiões: Metropolitana, Pólo Linhares, metrópole expandida sul, central serrana, Sudoeste serrana, Litoral Norte, ex-



EXPECTATIVA

Ambientalistas esperam que o uso correto dos recursos consiga explorar, através do desenvolvimento sustentável, o potencial turístico capixaba

Ambientalista cobra política de investimento

O ambientalista César Meyer Musso, diretor da Associação Vilavelhense de Proteção Ambiental (Avidepa) e representante no Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), acredita que o importante não é o total do recurso, mas uma administração eficiente e democrática.

"Isso é uma previsão, não significa o investimento. Uma secretaria com pouco dinheiro e sabendo trabalhar pode realizar muitas coisas para a área", afirmou Musso.

O diretor da Avidepa citou o problema da gestão das unidades de conservação. "Na Unidade de Conservação do Parque Estadual Paulo César Vinha - localizada entre Vila Velha e Guarapari - foi instituída, em 1998, uma gestão conjunta, com a formação de um conselho gestor. Hoje, o que poderia estar expandido para as outras unidades de conservação encontra-se desarticulado", informou Musso.

A diretora do Grupo Ambientalista Natureza e Companhia (Ganc), Terezinha Pinheiro de Souza, de Linhares, Norte do Estado, também concorda que para a aplicação dos recursos deve haver uma política ambiental transparente e democrática. "Caso não haja, os investimentos serão desperdiçados".

ciada para o setor. A expectativa entre os ambientalistas é de que os recursos ajudem a diminuir os problemas ambientais do Estado.

Está previsto no PPA a realização de concurso público, por meio de prova ou avaliação de títulos, para a admissão de 253 servidores. O plano também prevê a implantação e ampliação do sistema de licenciamento ambiental nos municípios, a fiscalização integrada com as cidades, além de um plano de ações integradas para o controle ambiental por setores produtivos.

A melhoria da tecnologia da informação também foi incluída na previsão do PPA. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Seama) e Recursos Hídricos e o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) pretendem adotar um sistema de uso integrado, capaz de garantir serviços de melhor qualidade, em menor tempo e com custos compatíveis.

Monitoração

Com a melhoria do setor de informação será possível a

Um sistema de gestão de recursos hídricos, a partir de uma gestão integrada de ativos ambientais, também está previsto no PPA 2004-2007, assim como a fiscalização preventiva e corretiva, a conservação e gestão dos ecossistemas, a implantação de um programa de monitoramento e desenvolvimento do Corredor Ecológico da Mata Atlântica.

O secretário estadual de Meio Ambiente, Luiz Fernando Schettino, acredita que a elaboração deste PPA seja uma conquista inédita. "Foi a primeira vez que fizemos um planejamento setorializado, discutindo com toda a secretaria, de modo que os técnicos puderam estabelecer com precisão quais eram os principais problemas e as ações específicas para a resolução de cada um deles".

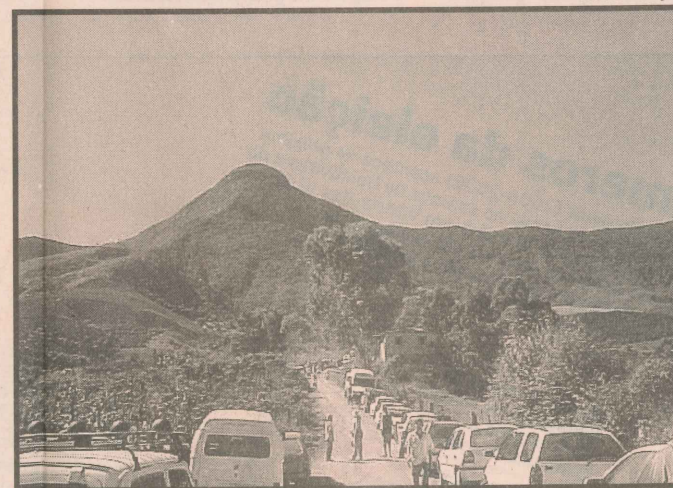
No planejamento do PPA, a Seama dividiu o Estado em 12 microrregiões: Metropolitana, Pólo Linhares, metrópole expandida sul, central serrana, Sudoeste serrana, Litoral Norte, extremo Norte, pólo Colatina, Noroeste I, Noroeste II, pólo Cachoeiro e Caparaó.



FUTURO

O secretário estadual de Meio Ambiente, Luiz Fernando Schettino (à esquerda), acredita na aprovação do orçamento, já que foi um estudo setorializado.

Já no Parque do Caparaó (à direita), os ambientalistas esperam construção do esgotamento sanitário e melhoria na fiscalização dos crimes ambientais



Bruno Athayde

Caparaó pede sistema de esgoto

Para os ambientalistas que atuam no Espírito Santo, o total de investimentos representa um avanço, apesar de todos afirmarem que se trata apenas de uma previsão. "Se todo o recurso previsto for realmente aplicado, isso sim, será uma vitória", afirmou Dalva Ringuier, secretária-executiva do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Região do Caparaó.

Dalva, que atua nos municípios do Sul do Estado, acredita que o avanço esteja na

questão de um planejamento mais consciente. "Não podemos nos esquecer de que é apenas uma previsão, mas com esse plano os municípios já começam a pensar em como trabalhar".

Problemas

Ela apontou vários problemas da região do Caparaó, composta por dez municípios - Dolores do Rio Preto, Ibitirama, Divino de São Lourenço, Iúna, Irupí, Ibatiba, Muniz Freire, São José do Calçado, Alegre e Guacuí. Entre os mais graves está a ausência de

um sistema de tratamento de esgoto.

"Apenas os municípios de Ibitirama e Dolores do Rio Preto possuem hoje um sistema para tratar os dejetos". A ambientalista ainda acrescentou que na região falta uma política de melhoria da destinação final do lixo. Hoje, apenas Ibatiba possui uma usina de reciclagem do lixo, que aguarda o licenciamento para iniciar a operação. Os demais municípios ainda jogam o lixo a céu aberto.

portante não é o total do recurso, mas uma administração eficiente e democrática.

"Isso é uma previsão, não significa o investimento. Uma secretaria com pouco dinheiro e sabendo trabalhar pode realizar muitas coisas para a área", afirmou Musso.

O diretor da Avidepa citou o problema da gestão das unidades de conservação. "Na Unidade de Conservação do Parque Estadual Paulo César Vinha - localizada entre Vila Velha e Guarapari - foi instituída, em 1998, uma gestão conjunta, com a formação de um conselho gestor. Hoje, o que poderia estar expandido para as outras unidades de conservação encontra-se desarticulado", informou Musso.

A diretora do Grupo Ambientalista Natureza e Companhia (Ganc), Terezinha Pinheiro de Souza, de Linhares, Norte do Estado, também concorda que para a aplicação dos recursos deve haver uma política ambiental transparente e democrática. "Caso não haja, os investimentos não valerão de nada".

O principal problema apontado por ela na Região Norte é a falta de fiscalização intensiva, principalmente em áreas de conservação. "Registramos muitos casos de caça e de desmatamento, que acontecem pela ausência de um sistema de fiscalização forte", declarou Terezinha.

Outra deficiência apontada pela ambientalista é a falta de educadores ambientais, além de investir no fortalecimento desses profissionais.

PLANO

Concurso é meta da Seama

O secretário de Estado do Meio Ambiente, Luiz Fernando Schettino, afirmou que não há uma área privilegiada de investimentos do PPA. "Todas as áreas serão contempladas, não havendo uma região mais importante e que necessite de maiores investimentos", explicou. O secretário ressaltou a importância do concurso público, para a efetivação dos técnicos, e a necessidade das mudanças no sistema de licenciamento. "Precisamos agilizar, ampliar e modernizar o sistema de licenciamento e integrá-lo com todos os municípios", afirmou.